
Por que a memória importa?

Relações Públicas, Ditadura Militar e a necessidade de uma história a contrapelo¹

Emanuelle Gonçalves Brandão Rodrigues²

Thainá Evellyn Martiniano Alexandre³

Universidade Federal de Alagoas - Ufal

Resumo

Este trabalho analisa criticamente o papel das relações públicas na comunicação institucional dos governos federais durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), com base no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O objetivo é compreender como essas práticas foram usadas para construir uma imagem positiva do regime, silenciando crimes do Estado e enaltecendo ações autoritárias. Revisamos textos acadêmicos sobre a história das relações públicas para entender como o período é retratado. Parte-se da ideia de que a narrativa produz memória, atualizada continuamente pelo presente. Utilizamos alguns conceitos centrais de Walter Benjamin e Antônio Gramsci para questionar a hegemonia dos relatos históricos e propor uma “história a contrapelo” das relações públicas.

Palavra-chave: relações públicas; ditadura militar; memória; história a contrapelo; historiografia.

Introdução

A asserção de que a história oficial é a história da classe dominante (Marx; Engels, 2009) permanece atual. É o ponto de vista do vencedor, como diria Benjamin (1994d), que se faz presente em todos os relatos históricos, seja de uma nação ou de uma área profissional. Ela se traduz em um modo comum de contar histórias que tem a linearidade com fio condutor dos acontecimentos. É sobre esse esvaziamento de sentidos que a história das relações públicas se cruza com a da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil, o que buscamos refletir neste texto.

Propomos analisar criticamente o papel das relações públicas na comunicação institucional dos governos federais durante a Ditadura com base no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O objetivo consiste em compreender como essas

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação, Professora do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Presidenta da Comissão da Memória, Verdade, Justiça e Reparação da Ufal. E-mail: emanuelle.rodrigues@ichca.ufal.br.

³ Doutoranda em Linguística pelo Programa de Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, Professora Substituta do Curso de Relações Públicas da Ufal. E-mail: thaina.alexandre@ichca.ufal.br.

práticas foram usadas para construir uma imagem positiva do regime, silenciando crimes do Estado e enaltecendo ações autoritárias.

A história do ponto de vista do vencedor: relações públicas e Ditadura Militar

Para Benjamin (1994d, p. 229), “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras””, sendo uma tarefa das classes revolucionárias explodir esse *continuum*. Pensando em nossa área, é preciso questionar a historiografia oficial de relações públicas como um lugar de reprodução da ideologia dominante, que toma por dada a história sobre a profissão e suaviza ou silencia suas ações em regimes autoritários no Século XX. No Brasil, o enfoque sobre as transformações técnicas e acadêmicas das relações públicas costumam ser contadas dentro de um tempo vazio descolado do contexto político que se fez presente, pois é preciso discutir as contradições que marcaram o desenvolvimento da área.

A Assessoria Especial de Relações Públicas na Ditadura Militar

A CNV foi instalada em 18 de maio de 2012, durante o governo da presidente Dilma Rousseff. O objetivo da CNV foi investigar e esclarecer as violações de direitos humanos no Brasil entre 1946 e 1988, focando nos crimes cometidos durante a ditadura militar (1964-1985). O relatório da CNV foi publicado em dezembro de 2014, em três volumes, que somam 4.400 páginas de documentos, depoimentos, métodos de repressão, textos sobre grupos sociais atingidos e 434 casos de mortos e desaparecidos políticos oficialmente reconhecidos pela CNV.

No volume I, as atividades da Assessoria Especial de Relações Públicas, criada em 1968, são citadas duas vezes no capítulo 9 intitulado “Tortura”. Na subseção 4.5 do capítulo “Estratégias de Negação”, o relatório traz a participação da AERP como um dos órgãos designados para atuar nas estratégias em negar as práticas de tortura que estavam sendo denunciadas internacionalmente.

Essa atuação foi durante os anos de 1970 junto a outros órgãos da estrutura ditatorial para construir uma imagem institucional e disputar a hegemonia sobre esse período da nossa história. Como bem coloca Gramsci (2024), a hegemonia de um grupo “se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral”. Sendo assim, a AERP foi utilizada para buscar o consentimento da sociedade civil, e esse consentimento não é resultado de uma livre escolha, tal consentimento é fabricado através do convencimento, persuasão e da pedagogia e esses são elementos cruciais e

permanentes para o exercício da hegemonia daqueles que estiveram no poder durante e após a Ditadura.

Considerações finais: por uma história a contrapelo das relações públicas

Como breve considerações finais, podemos perceber que a emancipação das relações públicas de uma história marcada pelo autoritarismo só será possível superando a fetichização da técnica e sua aura de neutralidade. É preciso olhar para os vencidos, isto é, os movimentos, organizações e atores, reconhecendo os danos causados, ressignificando a história da área como um campo em disputa. Nos debruçando sobre os documentos apresentados pela CNV, percebemos como pouco se discute os eventos críticos que atravessaram nossa história. É preciso encarar esse período de desenvolvimento das relações públicas no Brasil e sua sistemática atuação voltada para auxiliar a Ditadura em esconder sua verdadeira face autoritária e assassina.

O silenciamento da atuação das relações públicas na Ditadura Militar por meio de omissões em narrativas institucionais, nos livros e planos curriculares pode ser compreendido como o resultado da incorporação da ideologia dominante, que por meio da violência simbólica nos quer impor a história dos vencedores. Nossa tarefa parece ser a mesma do materialista, que Benjamin (1994) afirma ser escrever a história a contrapelo, explorando as contradições que marcaram o fazer das relações públicas para que jamais se repita.

Referências

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** (Obras escolhidas I). Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994d. P. 222-236.

GAGNEBIN, J. **História e Narração em Walter Benjamin**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o estado e a política**. Tradução Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho – 12. Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

KUNSCH, M. **Relações Públicas e Modernidade**. São Paulo: Summus, 1997.

KUNSCH, W. Gênese e desenvolvimento do campo profissional e acadêmico das Relações Públicas no Brasil. In: KUNSCH, M. (org.). **Relações públicas**: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009.

LEMOS, E. Espectadores ou agentes? Historiografia, historicidade e compreensão crítica em Relações Públicas. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 14 n. 27, p. 360-373, 2017.. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/455/458>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LÖWY, M. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**, n. 25-26, 2011, p. 20-28. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18578/13779>> Acesso em jun/2020.

LÖWY, M. **Walter Benjamin**: aviso de um incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich **A ideologia alemã**. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NASSAR, P.; FARIAS, L.; OLIVEIRA, M. Cenário histórico das relações públicas no Brasil. In: **Organicom**, Dossiê Relações Públicas: dimensões e práticas, v. 13, n. 24, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139324/134665>. Acesso em: 07 out. 2021.

PINHO, J. O contexto histórico do nascimento das Relações Públicas. In: MOURA, C. (org.). **História das Relações Públicas**: fragmentos de memória de uma área. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. P. 21-42.